

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.402 - RS (2018/0310420-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ALZIRA DE FIGUEIREDO PACHECO
ADVOGADO : MOACIR DONATO ROSA DE OLIVEIRA - RS016139
AGRAVADO : APOLINARIO EGIDIO DUTRA NETO - SUCESSÃO
AGRAVADO : MARLI TEREZINHA SOARES DUTRA
ADVOGADOS : JULIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA - RS079800
JOAO PEDRO GONCALVES QUINTANA - RS080184
INTERES. : MANUEL FERREIRA SOARES
ADVOGADO : JOÃO LUÍS DUFAU PANASUK - RS028831

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 283 do STF, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 384/387).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 261):

APELAÇÃO CÍVEL. PROPRIEDADE E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. PEDIDO INDENIZATÓRIO.

Não há falar em cerceamento de defesa em razão da ausência de abertura de prazo para a apresentação de memoriais, pois não evidenciado prejuízo à autora, que teve oportunidade de se manifestar sobre todos os documentos apresentados pelos réus, trazendo os tópicos incontroversos no seu recurso de apelação.

Perda do objeto do pleito reivindicatório em relação ao bem imóvel decorrente da perda superveniente do interesse processual em razão de ter, a autora, já realizado inclusive a venda do imóvel reivindicado.

Todavia remanescendo o pleito reivindicatório em relação aos bens semoventes, cabível o seu exame por esta Corte.

Desacolhimento do pleito relativo aos semoventes, ante a insuficiência da prova apresentada.

Acolhimento da prescrição apenas em relação ao pedido indenizatório, relativo aos lucros cessantes e rendimentos do rebanho dos semoventes, sendo aplicável o prazo previsto no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, estando prescrita a pretensão.

DERAM PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO APENAS PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO PLEITO REIVINDICATÓRIO DOS SEMOVENTES, DESACOLHENDO-O. UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 271/274) fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou ofensa ao art. 364 do CPC/2015. Sustentou, em síntese, prejuízo em seu direito de defesa pelo indeferimento da abertura de prazo para a apresentação de memoriais.

No agravo (e-STJ fls. 390/394), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 397).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Segundo a jurisprudência desta Corte, cabe ao magistrado verificar a necessidade de memoriais ou de alegações finais após a instrução probatória e indeferir a abertura de prazo para sua apresentação, pois trata-se de uma faculdade e não de um dever, desde que não ocorra algum prejuízo efetivo à parte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. NULIDADE AFASTADA. NÃO OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. DESAPROPRIAÇÃO. APLICAÇÃO. DL 3.365/41. INDENIZAÇÃO. REQUISITOS. JUSTA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a ausência de apresentação de memoriais (art. 454, § 3º, do CPC), não invalida o trâmite processual, excepcionando-se hipótese de prejuízo para o recorrente, o que não foi demonstrado no presente caso. Tal posicionamento se justifica pela aplicação do brocardo *pas de nullité sans grief*, segundo o qual, como sabido, não há nulidade sem demonstração de prejuízo. Precedentes. Súmula 83/STJ.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 622.013/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015.)

No caso, a Corte de origem afirmou que não evidenciado qualquer prejuízo decorrente da ausência de abertura de prazo para a apresentação dos memoriais (e-STJ fl. 264):

Tal ausência de intimação para a juntada de memoriais não acarretou prejuízo efetivo à autora pois teve oportunidade de se manifestar a respeito de todos os documentos juntados pelos réus durante a instrução e nesse momento traz os tópicos que considera incontroversos em seu recurso, os quais serão examinados por esta Corte.

Divergir desse entendimento, a fim de acolher os argumentos da ora recorrente, demandaria a análise de elementos de provas, esbarrando o recurso no impedimento da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator